

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS

Renata Rodrigues da Fonseca¹

Suelayne Lima da Paz²

Resumo

A Educação do Campo é uma temática que tem ganhado espaço nas últimas décadas como uma forma de garantir o direito a educação à população campesina. A história da educação do campo surgiu da luta de homens e mulheres por uma educação que considere sua realidade social, econômica e política. Ou seja, ao discutir educação do campo, as lutas sociais devem ser consideradas. É nesse viés que o Trabalho de Curso (TC), busca discutir a educação do campo e sua intrínseca relação com os movimentos sociais a partir de uma pesquisa do tipo bibliográfica dos artigos apresentados nos últimos cinco (05) anos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Nesse momento a análise das produções da Anped, está em andamento constando nesse trabalho a revisão da literatura sobre a temática de estudo. A discussão sobre educação do campo avançou nos últimos anos, sobretudo a partir da Constituição de 1988 que chama atenção para a educação campesina e sua especificidade. A educação do campo tem a peculiaridade de estar imbricada com a realidade campesina que se constitui nos movimentos sociais como o Movimento do Sem Terra (MST). Por isso, ao discutir a educação do campo os movimentos sociais ganham destaque na delimitação contornos de uma educação do campo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação do Campo, Movimentos Sociais, Movimento Sem Terra.

Introdução

A história da Educação do Campo reflete aspectos culturais, sociais e políticos e não há como mencionar sua história sem se deparar com as questões que envolvem as lutas sociais. Dessa forma, a Educação do Campo se constituiu vinculada à luta dos movimentos sociais do campo. Segundo Arroyo:

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito a terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, a saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizaram, os riscos que assumem, mostra quanto reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 2004, p. 73).

¹Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UEG – Unidade Universitária Itaberaí.

²Prof. Ms. da UEG – Unidade Universitária de Itaberaí. suepaz@gmail.com

Ou seja, a institucionalização da Educação do Campo é uma dívida histórica com a população campesina. Dessa forma, as lutas sociais são movimentos encontrados pelos camponeses e camponesas como forma de protestar o sentimento de descaso, que perdura há décadas no que se refere às políticas públicas para o campo. No caso da educação, para as autoridades e elites dominantes, o desprestígio da escola do campo de materializa, uma vez que a política pública de educação no campo tem sido desconsiderada quando crianças são levadas para a escola da cidade, retirando-as do espaço-tempo do campo.

Esse debate é instigante e foi se delineando no curso de Pedagogia com o objetivo de aprofundar estudos e esclarecer questões sobre a configuração e desafios da educação do campo. Considerando, ainda que na realidade familiar o estudo em salas multisseriadas no campo tornou a temática mais interessante e relevante. Ao discutir salas multisseriadas,

Muitos educadores (as) expressam insatisfação com relação a existência das classes multisseriadas pelo fato de não possuírem formação específica para trabalhar com uma turma diversificada em termos de idade e de aprendizagens, estabelecendo muitas comparações com as turmas seriadas, manifestando a expectativa que essas turmas se transformem em seriadas como alternativas para que o sucesso na aprendizagem se efetive. (GEPERUAZ 2004, p.46).

Ao trazer para o debate as salas multisseriadas chamamos atenção para os limites interpostos a essa modalidade de educação no momento atual. Por isso, buscar informações por meio de fontes científicas é uma forma de entender como a Educação do Campo foi se constituindo ao longo dos anos.

Metodologia

O entendimento do campo como espaço-tempo peculiar foi o critério de seleção da literatura para fundamentar este trabalho e se delineou após a leitura das obras de Miguel Arroyo, Roseli Salette Caldart e Mônica Castagna Molina, entre outros estudiosos da área que apontam a necessidade de construir uma educação no e do campo.

Para Gil (2006), revisão da literatura tem sua importância, pois a mesma proporciona fundamentação para a pesquisa e esclarece novas descobertas acerca do

tema em questão, *"essa revisão não pode ser constituída apenas por referências ou sínteses dos estudos feitos, mas por discussão crítica do 'estado atual da questão"* (2006, p. 162).

Nesse sentido, a pesquisa sobre a Educação do Campo que está em andamento baseia-se no tipo de pesquisa bibliográfica, sendo um tipo de pesquisa que faz investigações em obras que tratam do tema da pesquisa. No caso a leitura das produções do Grupo de Trabalho (GT 3) da Anped.

No entanto, neste trabalho apresenta-se a discussão teórica sobre a correlação da educação do campo com os movimentos sociais a partir da literatura que traz uma discussão crítica do tema atual. Portanto, buscou-se nas leituras as concepções de educação do campo para dialogar com o autores no sentido de aprofundar a discussão sobre a constituição da educação do campo e sua relação com os movimento sociais.

Para a discussão empreendida delimitou-se chaves de leitura para a revisão da literatura na busca de entender com mais organicidade a discussão da educação do campo, em dois aspectos:

- Concepção de Educação do Campo;
- Políticas públicas: a relação da educação do campo e movimento sociais;

Os assuntos estudados trazem um debate profícuo sobre a Educação do Campo seus limites e possibilidades na contemporaneidade, desvelando um processo de construção de uma modalidade educacional.

Resultados e Discussões

A discussão da Educação do Campo desvela algumas questões que devem ser consideradas como: a concepção de educação campesina se contrapondo a educação rural, o reconhecimento do papel dos movimentos sociais na construção de políticas públicas da Educação do Campo.

É importante esclarecer que o termo campo na educação substitui o conhecido termo rural, essa substituição foi dada com um sentido de lutas sociais, com objetivo de colocar questões rurais nos planejamentos do país.

Os termos rurais e do campo, quando se trata em políticas é bastante mencionado, alguns autores caracterizam a educação rural, defendendo a ideia que

todos devem ser educados para ter o lucro com seu trabalho, há autores que acreditam no campo como espaço de trabalho e educação, é o que menciona Fernandes (2005).

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar de produção agropecuária e industrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por isso tudo, o campo é lugar de vida e, sobretudo, de educação. (p. 137)

O campo é um cenário de lutas políticas, sendo também banhado de tradição e cultura. A mudança do termo rural para o campo se agrega a valores políticos, são ações e movimentos sociais do campo que movimentam o governo na criação de políticas públicas para os camponeses e camponesas. Pinheiro (2007) exalta que para chegar diferenciar campo e rural, é preciso levar em conta aspectos estudados no âmbito acadêmico.

A expressão educação rural está relacionada em uma postura encadeada pela concepção positivista, mercadológica, competitiva, capitalista, na qual a política de educação direciona para uma formação pragmática, que instrui o indivíduo para desenvolver atividades no mundo do trabalho. Transforma a força de trabalho humana em objeto, coisa, mercadoria. É a “coisificação” e desumanização do sujeito (PINHEIRO, 2007, p.08).

Para Arroyo e Fernandes (1999), a articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo, enfatiza a educação do campo como desdobramento de lutas sociais. Mesmo com a mudança do termo rural para o campo, é claramente visível que o rural existe, permanecendo a serviço do latifúndio. Estudar a educação do campo remete ao passado, a toda uma negação com o campo como espaço-tempo de se viver com sua cultura (ARROYO, 2005, p. 47).

Caldart (2004), diz que essa nova ótica de se pensar sobre a educação que o povo do campo recebe. A mesma acrescenta a importância da Educação do Campo, como modo de organização.

Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações (*ibidem*, p. 13).

A Educação do Campo é muitas vezes considerada como uma proposta de construção do povo do campo por meio de lutas e organizações pelos seus direitos. Embora o Brasil seja um país de origem agrária, a Educação do Campo sempre foi marginalizada. É preciso compreender que a Educação do Campo tem histórias e perspectivas. O termo “Educação do Campo”, não se baseia somente no ensino, nos movimentos sociais que também lutam por educação.

A exclusão gerada pela precariedade das políticas públicas gerou motivos para que o campesinato integrasse a educação como fator de mudança em seus movimentos sociais. Porisso em uma Educação do Campo, 2004

Neste vazio deixado pelo Estado têm surgido algumas iniciativas próprias da população, através de suas organizações e movimentos sociais, no sentido de reagir ao processo de exclusão, forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação, tentar construir uma identidade própria das escolas do campo (MOLINA *et al.*, p.40, 2004).

As lutas sociais são movimentos encontrados, pelos camponeses e camponesas como forma de protestar o sentimento de descaso que perdura a muitas décadas no que se refere às políticas públicas. É por tamanho desprestígio das autoridades e elites dominantes, que se gerou a contraposição entre escola do campo e urbana.

Um dos movimentos sociais mais discutidos no âmbito rural é a Reforma Agrária que é um sistema de estrutura fundiária que não deve ser apenas do camponês, mais de toda a sociedade. A Reforma Agrária tem como intuito distribuir terras para as famílias produzirem seus alimentos. Embora o Brasil tenha uma enorme área continental e se depara com muita desigualdade social, a Reforma Agrária tem como meta transformar essas áreas sem proveito em lugar de produção e cultivo de alimentos.

A Reforma Agrária é também vista como uma conquista de direitos, que durante muito tempo foram negados pelos grandes latifundiários e pelo Estado, como a Escola do Campo, como Instituição do saber, que não se desliga da Reforma Agrária, pois traz benefícios para o povo do campo, que pode ter uma escola considerando sua realidade.

Dessa forma, a política pública de Educação no e do Campo tão mencionada como importante em livros e relatórios governamentais é desconsiderada quando crianças são levadas para a escola da cidade, retirando-as do espaço-tempo do campo demonstrando o descaso com o povo do campo.

Conclusões

As diferenças do nome rural para o campo não limita-se a uma questão de nomenclatura, mas se refere a uma concepção de educação campesina. Portanto, o alinhamento do discurso dos autores como Arroyo, Caldart e outros que discutem a Educação do Campo demonstra a superação da concepção de inferioridade da vida no campo, valorizando esse espaço com sua cultura.

Nesse sentido, de espaço com uma cultura própria destes movimentos sociais, tem um papel importante a Educação do Campo que por meio das arenas públicas luta para que sua identidade campesina seja reconhecida. No caso os movimentos sociais são considerados solo fértil para delinear a Educação do Campo, tendo em vista sua dimensão formativa assumida pelos seus propositores.

Referências

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. Ano 2 – número 2 – 2004. _____ . Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola e mais do que escola. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo**. Cadernos Temáticos – Educação do Campo. SEED/PR. Curitiba, 2005.

GEPERUAZ. Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia. Relatório de Pesquisa. **Classes multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica**. Belém: UFPA/CNPQ, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** 5. ed. São Paulo:Atlas, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. In: ANPAE, 2007, Rio Grande do Sul. **Por uma Educação de qualidade para todos**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.